

EXPRESSÃO DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE SOBRENOMES FEMININOS NA LÍNGUA PORTUGUESA EM FINAIS DO SÉCULO XIX

Letícia Santos Rodrigues*
Graça Rio-Torto**

- RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo investigar a ocorrência da expressão de gênero em sobrenomes encontrados em documentos brasileiros e portugueses do final do século XIX, alusivos à imigração portuguesa no Brasil. A pesquisa se inscreveu nos termos da Antropônimia, vertente da Onomástica que se ocupa dos nomes próprios de pessoas. Embasada pelos princípios teóricos da Linguística Cognitiva (Lakoff, 1987; Silva, 2008), a análise centrou-se em *corpora* datados, a saber: a) registros de matrícula preenchidos pelos imigrantes que, entre 1887 e 1889, dirigiram-se à Hospedaria de Imigrantes do Brás, considerada a maior hospedaria brasileira; e b) passaportes dos portugueses que migraram para o Brasil entre 1888 e 1890, documentação do Arquivo da Universidade de Coimbra, referente ao Fundo do Governo Civil. Investigando tais *corpora*, foi possível sublinhar a existência de sobrenomes marcados pela expressão do gênero feminino, o que justificou o interesse em descobrir as prováveis motivações associadas a esse fenômeno. A amostragem coligida é numericamente irrigária, o que se explica por diversas razões alvitradadas na literatura específica da área. Este estudo também tem como resultado a contribuição que fornece ao tema – ainda pouco explorado –, ao propor uma reunião bem fundamentada de hipóteses explanatórias aventadas em trabalhos anteriores.
- PALAVRAS-CHAVE: Onomástica; Antropônimia; Morfologia; Gênero gramatical.

Introdução

A Onomástica é a área da ciência linguística que se ocupa do estudo dos nomes próprios em suas variadas disposições, “[...] quer se direcionem para as suas origens, quer para os seus processos de formação, quer para a sua organização no léxico das línguas e também no meio social” (Rodrigues, 2016, p. 13). Dentre os itens onomásticos

* Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Doutora. letisr@alumni.usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3817-5378>

** Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal. Professora Catedrática. gracart@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1525-0737>

mais estudados estão os nomes de lugares e os nomes de pessoas que correspondem, respectivamente, às subáreas da Toponímia e da Antropónímia. Neste trabalho, focamos nossa atenção nos antropônimos, mais especificamente nos sobrenomes – como são chamados no Brasil – ou apelidos – termo que os identifica em Portugal –, ou seja, todos os itens onomásticos oficiais¹ que, após o(s) prenome(s), compõem o ortônimo² de um indivíduo.

Estudos onomásticos são, por natureza, interdisciplinares pois, além do escopo linguístico, dialogam em diversos aspectos com a História, a Geografia, a Psicanálise, a Filosofia, a Antropologia etc. Ao observar parte do léxico antropônímico brasileiro, temos como fundamentação teórica os princípios da Linguística Cognitiva, abordagem pautada na relação entre língua e cognição, que percebe o falante como indissociavelmente vinculado ao seu meio, sempre categorizando a realidade que o cerca a partir das suas próprias experiências. As análises empregadas terão a Morfologia e a Etimologia como bases, a fim de entender como se comportam os sobrenomes encontrados nos *corpora* acerca de possíveis expressões de gênero³ como motor de construção de sobrenomes femininos, em finais do século XIX.

A condução desta investigação recobre cinco seções compostas por esta introdução, seguida pela apresentação dos *corpora* e dos procedimentos metodológicos, um antelóquio onomástico, a análise dos dados e as nossas considerações finais.

Apresentação dos *corpora* e dos procedimentos metodológicos

Partindo da observação do grande fluxo imigratório verificado no Brasil desde 1808, quando da abertura de suas fronteiras marítimas, até o período conhecido como o da “Grande Imigração”, que compreendeu os anos finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX, temos a informação, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que os portugueses constituíram o segundo maior grupo de imigrantes no Brasil. Esse dado, somado ao fato de que Portugal colonizou o Brasil – e neste deixou boa parte não apenas do seu repertório vernacular, mas também personativo –, adquiriu relevância suficiente para despertar o nosso interesse em melhor compreender como se comportam os sobrenomes portugueses no quadro onomástico brasileiro atual e, mais especificamente, se é possível verificar informações morfológicas que os distinguem quanto ao gênero.

¹ Os itens onomásticos reconhecidos como oficiais são aqueles que aparecem no registro civil e que são assegurados, no que tange ao ordenamento jurídico brasileiro, no Código Civil, Lei nº 10.406/2002, capítulo II, acerca dos direitos de personalidade, artigo 16, no qual se lê: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”.

² O ortônimo corresponde ao nome civil completo.

³ Sublinhamos que sempre que utilizarmos a palavra “gênero”, estaremos nos referindo ao gênero gramatical e/ou a indivíduos que concordavam com tal atribuição de gênero, ao menos nos documentos pesquisados. Respeitamos todas as questões mais complexas de cunho sociopsicológico que envolvem os nomes de pessoas e o próprio termo em questão.

Para tanto, julgamos importante a análise de dois *corpora*, um português e um brasileiro, ambos relacionados ao contexto migratório, a saber: a) fichas de identificação dos portugueses que se registraram na Hospedaria de Imigrantes do Brás (maior hospedaria do Brasil, posteriormente conhecida como “Hospedaria de Imigrantes de São Paulo”) nos primeiros anos de sua atuação – entre 1887 e 1889; b) passaportes dos portugueses que se dirigiram ao Brasil entre os anos de 1888 e 1890, documentação do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), referente ao Fundo do Governo Civil. Sobrelevamos que o acesso a um *corpus* brasileiro e a outro português adquiriu especial relevância nesta pesquisa, uma vez que credibilizou a investigação de uma perspectiva não apenas linguística, mas também histórica, política e sociocultural, porquanto as hospedarias e os passaportes foram (ainda são e continuarão a ser) fontes protagonistas quando estudamos processos migratórios.

Acerca do primeiro *corpus*, que corresponde à Hospedaria de Imigrantes do Brás, foi analisado um total de 13.489 mil fichas de registro referentes aos anos de 1887, 1888 e 1889 (respectivamente, 2.985, 7.882 e 2.622 fichas), acessíveis para consulta no site oficial⁴ do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. O segundo *corpus*, contendo os passaportes portugueses conservados pelo AUC, envolveu a análise de cinco livros que cobriram os anos 1888 a 1890. Tais livros possuem, na devida ordem, 890, 840, 840, 874 e 983 registros de portugueses que migraram para portos brasileiros, principalmente para o porto de Santos, totalizando 4.427 passaportes. Somados, então, analisamos 17.916 ortônimos, o que indica uma amostragem ainda maior quando consideramos que ortônimos frequentemente compõem-se por mais de um sobrenome. Ambos os *corpora* foram investigados segundo a mesma metodologia, que inclui quatro etapas.

A primeira consiste na identificação e recolha dos sobrenomes nos *corpora*, tendo sido o material da Hospedaria colhido na plataforma digital e o material do AUC *in loco*. Uma vez identificados, o segundo passo envolveu a busca por cada sobrenome nos dicionários onomásticos selecionados para consulta, reconhecidos como os mais importantes em língua portuguesa, a saber: *Dicionário etimológico da língua portuguesa – Tomo II*, de Antenor Nascentes (1952), *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, de Mansur Guérios (1981), e *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado (2003). Quando ausente nos três dicionários supramencionados, procedemos às investigações em outras fontes de relevância atestada, como as obras *Antropónímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira* (séculos XV e XVI), de Nunes e Kremer (1999), e *Antropónímia portuguesa*, de Vasconcellos (1928). Também foram consultados os dicionários de Cunha (2010), Houaiss e Vilar (2004) e Nascentes (1966), referentes ao léxico comum, a fim de contribuir para a diluição de quaisquer dúvidas remanescentes. A ausência de um sobrenome em todos os materiais de consulta pode significar que: a) não se trata de um sobrenome português; b) o item não foi grafado corretamente, dada a natureza manuscrita das fontes; c) foi utilizado em algum contexto muito específico do local ou

⁴ A partir do link: <http://www.inci.org.br/acervodigital/livros.php>

da época e por isso não se tornou frequente e relevante no âmbito do quadro onomástico português e/ou brasileiro.

O terceiro passo abarcou a confecção de fichas onomásticas individuais para cada sobrenome, contendo: a) entrada; b) fontes bibliográficas (acerca do material obtido a partir das consultas aos dicionários de apoio); c) dados linguísticos (considerando também a determinação da categoria semântica, variante(s) gráfica(s) ou quaisquer notas linguísticas ou históricas verificadas); e d) informações cadastrais da ficha. Ao fim de todo esse processo, foi possível identificar, quando presente, a atuação morfológica na expressão de gênero que atingiu alguns sobrenomes. Todavia, antes de passarmos para a análise de tais itens, consideraremos necessário introduzir um breve panorama acerca da constituição do quadro onomástico português e, consequentemente, de significativa parte do quadro brasileiro.

Antelóquio onomástico

Nos termos que mais especificamente atingem este estudo, os sobrenomes são itens que surgiram no quadro onomástico português e depois migraram com seus portadores enquanto herança lexical admitida no quadro onomástico brasileiro. Para chegarmos ao momento de sua instituição e consagração, no entanto, precisaremos retroceder alguns anos a fim de identificar os fatores que atuaram na conformação desses itens.

À época do Império Romano, o sistema onomástico que vigorava na Península Ibérica entre as famílias mais nobres era conhecido como *trianomina*, composto por *praenomen* (nome individual), *gentilicum* (item que indicava pertencimento a um clã ou *gens*) e *cognomen* (que designava família ou grupo familiar inserido na *gens*) (Camara Jr, 1997). A queda do Império Romano trouxe consigo mudanças não somente sociais, políticas e econômicas, mas também acarretou o desuso dessa organização onomástica.

Durante o período da Alta Idade Média, ocorre o que se entende como um “empobrecimento” do sistema antropônimo, em que prevalecia o emprego de um único item onomástico. Diante do aumento populacional, o resultado dessa simplificação foi a recorrência de casos de homonímia, principalmente nos centros mais populosos. Era preciso, então, promover uma organização mais complexa do sistema onomástico, que minimizasse futuras ocorrências de homônimos e fosse capaz de acompanhar a crescente ordenação populacional. Desponta, assim, o patronímico, onomato medieval que, no século XII, consagra a união do prenome de batismo a uma forma que “[...] representa um genitivo derivado do nome do pai, o qual na idade média indicava a filiação” (Vasconcellos, 1928, p. 11). O patronímico ainda hoje atua em diversas línguas, mesmo que nem sempre com sua função primeva, que era a de estabelecer uma relação genealógica (Carvalhinhos, 2007). Acerca do seu papel social, Gonçalves (1999, p. 349) elucida:

Se é verdade que, de certo modo, este sistema antropônimo fragmentava a família em pares de gerações, [...] não o é menos que só deste modo o indivíduo se apresentava perante a sociedade, munido de uma identificação completa: para lá do nome próprio, seu patrimônio inalienável, aquele outro que não lhe pertencia de forma gratuita e absoluta e que até mesmo podia alienar, mas que o protegia, enquadrand-o numa comunidade específica em que o pai era o primeiro e máximo referente.

Boa parte dos patronímicos se apresentava por meio de uma modificação morfológica. Vasconcellos (1928, p. 101-102, grifo do autor) explica a origem dessa formação atribuindo-a a dois caminhos:

[...] 1) ou por um genitivo em *-i*, que era comum a outras relações, e bem assim em *-e* (*e -ae*), *-is*, *-onis* (*e -oni*), *-anis* (*e -ani*); 2) ou por um genitivo com sufixo próprio, isto é, em *-az*, *-oz*, *-uz*, e em *-iz* (tornado depois, *-ez*, *-es*, etc.), ainda que nem todos com igual frequência. Aos nomes formados d'este modo, e agregados aos nomes de batismo, como significativos de estirpe paterna, costumam os gramáticos chamar *patronímicos*. Chamam especialmente assim aos que têm sufixos próprios.

No quadro onomástico português prevaleceu a terminação *-es*, que “[...] procede do genitivo latino *-ici* > *-eze* > *-ez*, *-es*: *Ferdinándici* (“de ou do Ferdinando”) > *Fernández*, *Fernandes*, como se o nominativo fosse **Ferdinandicus*” (Guérios, 1981, p. 39, grifo do autor). Houve, porém, itens que funcionavam como patronímicos, mas não expressavam formalmente essa indicação, em muitos casos devido à dificuldade em adjungir sufixos a determinados prenomes. Por esse motivo, não raras vezes prenomes foram repetidos *ipsis litteris*, o que atualmente decerto seria lido como casos de ortônimos compostos por prenomes duplos. Logo, “[...] independentemente de se subentender o patronímico, ha inumeros exemplos de nomes em que ele não existe de facto, ou porque o individuo usava como tal um nome proprio, sobretudo se ao nome do pai não se ligava patronímico tradicional [...]” (Vasconcellos, 1928, p. 114).

Essa nova organização onomástica, consagrada em prenome apenso a um patronímico, rapidamente também se mostrou exígua devido à crescente complexidade social, reavivando ocorrências de homônimia, o que exigia o estabelecimento de novos itens onomásticos. Como confirma Vasconcellos (1928, p. 117): “De tudo isto resulta poder dizer-se que a decadência do patronímico principia depois dos meados do sec. XV, e que o sistema já estava desorganizado no sec. XVI”. Assim:

Face a estas dificuldades, ao sistema antropônimo de base, formado por um nome próprio e um patronímico, foram sendo, sucessivamente, associados outros elementos de diferenciação dos indivíduos, como a indicação das profissões ou cargos que desempenhavam, dos seus

locais de morada ou de proveniência e todo o tipo de alcunhas. [...] O patronímico foi, então, perdendo a sua primitiva função e transformando-se, em ritmo cada vez mais acelerado, em apelido de família (Santos, 2003, p. 230-231).

Os patronímicos não foram varridos do quadro onomástico português, mas transformaram-se diante da perda da sua motivação semântica, ou seja, apesar de ainda integrarem o registro de muitos indivíduos, não indicam relação genealógica, visto que já estão imbuídos de relativo grau de cristalização e opacidade. Desse modo, “Atualmente, nenhum falante de português depreende o significado de ‘filho de X’ na terminação -es: ela se tornou parte integrante da palavra” (Menon, 2013, p. 71).

Na tentativa de sanar a questão, a indicação de características particulares – como local de proveniência ou de residência, atividade profissional, qualidades físicas ou comportamentais – simplificou-se em alcunhas, consoante Guérios (1981, p. 35, grifo do autor):

1º) Fulano filho (ou da família, do clã, etc.) de Beltrano; 2º) Fulano de Beltrano; 3º) Fulano do país, da província, da cidade, da aldeia, do solar, do monte, da plantação, etc.; 4º) Fulano o agricultor, o pastor, o guerreiro, o cavaleiro, o pedreiro, o açougueiro, etc., ou Fulano filho do agricultor, etc.; 5º) Fulano o gordo, o baixo, o coxo, o vesgo, o moreno, o loiro, o (de olhos) azuis, o (de nariz de) tucano, etc.; 6º) Fulano o esperto, o corajoso, o valente, o briguento, o pacífico, o religioso, o calado, o nobre, o sabichão, o casado, o solteiro, o pai, o filho, o velho, o moço, etc.; 7º) Fulano (parente ou vizinho) do conde, do duque, do padre, etc. Quase todos estes recursos são qualificados *alcunhas*.

Ao estudar o léxico antropônímico tomando como base os preceitos da Linguística Cognitiva, concordamos que a linguagem se “[...] fundamenta em processos cognitivos, sócio-interacionais e culturais e deve ser estudada no seu uso (orientação baseada no uso) e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interacção e da experiência individual, social e cultural” (Silva, 2008, p. 190). Logo, quando “organizam” sua realidade, os utentes acionam categorias semânticas pertinentes a ela, de modo que “Não há nada mais básico do que a categorização de nosso pensamento, percepção, ação e fala” (Lakoff, 1987, p. 5, tradução própria⁵). As categorias acionadas na escolha dos itens lexicais que acabaram por se consolidar como sobrenomes, por conseguinte, permearam características particulares à sociedade da época. A variedade e as diversas possibilidades que esses itens ofereciam revitalizaram o quadro onomástico português.

⁵ No original: “*There is nothing more basic than categorization to our thought, perception, action, and speech*”.

No entanto, é preciso frisar que, a princípio, cada item servia para particularizar apenas um sujeito, não um grupo ou família. Então, da mesma forma que o portador do item “Rodrigues”, *a priori*, identificava-se como aquele que era filho de “Rodrigo”, o portador do item “Delgado” por certo era alguém de porte magro, bem como “Machado” seguramente referia-se a algum vendedor ou fabricante de machados. Fato é que

Não é muito o que se conhece sobre a génesis e as formas de transmissão dos apelidos nos grupos, digamos, populares. Sabe-se que, no período medieval, os nomes das pessoas eram geralmente constituídos pelo nome próprio e pelo patronímico, eventualmente, por um terceiro elemento, uma alcunha, profissão ou topônimo, que servia para ultrapassar as frequentes homônimias (Monteiro, 2008, p. 53).

Com o correr do tempo, as alcunhas acabaram por se fixar e, muitas vezes devido ao próprio desejo de seus portadores, passaram a ser regularmente transmitidas por gerações⁶, tais quais sobrenomes, o que lhes conferiu opacidade na língua. Nesses casos, “As alcunhas pessoais transmitem-se de pais a filhos ou parentes [...] e por isso acontece que nos herdeiros perdem a significação chistosa, rude ou outra, que tinham quando se impuseram a primeira vez” (Vasconcellos, 1928, p. 178). Vemos, com tal conformação, que a natureza dos sobrenomes é semanticamente diversa e pode advir, *grosso modo*, de um patronímico (com ou sem indicação morfológica) ou de uma alcunha.

Tendo como pano de fundo esse panorama geral, descreveremos a seguir as ocorrências verificadas nos *corpora* investigados acerca da expressão do gênero em sobrenomes. Não intentamos, contudo, esgotar as explicações que poderiam se aproximar de uma resposta cabal para o que, de fato, motivou esse fenômeno, pois temos em conta a parca quantidade de materiais e informações disponíveis sobre o tema na literatura pesquisada. Buscaremos, no entanto, compreender melhor o fenômeno a partir da análise dos dados e das hipóteses levantadas em estudos anteriores.

Análise dos dados

Do ponto de vista morfológico – também histórico e cultural –, os sobrenomes tornados femininos a partir de masculinos não correspondem a um mecanismo amplamente estudado na literatura específica da área. Sabemos que tal indicação de gênero

⁶ Reforçando, de acordo com Vasconcellos (1928), que as alcunhas já eram transmitidas entre pais e filhos ou parentes desde a Idade Média de modo, por assim dizer, informal, antes do estabelecimento do serviço registral português. Vale lembrar, também, que irmãos poderiam apresentar sobrenomes diferentes entre si, herdados do pai ou da mãe de modo desigual, como lemos em Monteiro (2008, p. 47): “O primeiro apelido era geralmente o paterno, embora se pudesse escolher livremente de entre os usados pelos pais ou pelos quatro avós, sendo frequentes os casos de irmãos que não usavam o mesmo apelido [...]. Em síntese, as práticas dominantes em Portugal eram, até então, genericamente semelhantes às que se usavam no resto da Península Ibérica [...]. A desorganização na transmissão dos sobrenomes vigorou, em termos oficiais, até o Código do Registo Civil de 1928, quando passaram a valer regras específicas para esses itens.

era motivada e atribuía carga semântica aos sobrenomes que hoje, quando transmitidos hereditariamente e já com relativo grau de cristalização e opacidade, com frequência não mais se verifica. Assim, antes de passarmos à apresentação dos sobrenomes investigados nesta oportunidade, desejamos empreender uma breve revisão sobre o assunto a fim de melhor embasar a análise que faremos *a posteriori*. Para isso, percorremos mais especificamente os trabalhos de Vasconcellos (1928), Boléo (1953), Menon (2013) e Toro (2004).

Em obra intitulada *Antropônímia portuguesa*, Vasconcellos (1928) trata de aspectos concernentes ao tema. Um deles chama a atenção quando se refere aos patronínicos. Como explicamos na seção anterior, o patronímico expressava uma relação entre pai e filho(a) – ainda que, em episódios específicos, também pudesse ser um vínculo entre mãe e filho(a), avô ou avó e neto(a), tio(a) e sobrinho(a), padrinho ou madrinha e afilhado(a) etc. –, demonstrada pela indicação morfológica em -es, no caso da língua portuguesa. Em alguns casos, porém, não apresentava alteração formal, de modo que sua situação como patronímico – e não como um segundo prenome, por exemplo – só se confirmava por meio de conhecimento prévio ou do acesso, em documentos, aos ortônimos de pai e filho. Ou seja, no intuito de empregar itens onomásticos com o mesmo comportamento de um patronímico, porém sem a indicação morfológica, os utentes apenas repetiam prenomes de parentes. O mais interessante é que, quando julgavam necessário, poderiam modificar o gênero, como consta nos exemplos oferecidos por Vasconcellos (1928), referentes à primeira metade do século XIX:

- Aurora Berta, filha de Berto;
- Berta Julia, filha de Julio;
- Maria Ernestina, filha de Ernesto;
- Teresa Caitana, filha de Caitano;
- Maria Xaviela, mulher de Xavier ou Xaviel.

A partir dos exemplos podemos vislumbrar a primeira razão para se criar sobrenomes femininos. Contudo, tal fenômeno não esteve restrito aos patronínicos. Na pesquisa de Boléo (1953) também encontramos informações acerca da indicação de gênero, mencionando casos em que havia certo apontamento social, como consta no trecho que segue:

Por vezes o nome de baptismo ou o apelido do marido é tornado feminino. Assim, uma *Maria Sebastião* é tratada por *Maria Sebastiôa*, ou simplesmente, na ausência, por a *Sebastiana* (que tem o sabor de alcunha), e uma *Maria do Rosário Simões* será conhecida pela *Maria Simona*. Mesmo na cidade, certos apelidos de família, quando referidos a mais de uma senhora, são usados no feminino, p. ex. *as Alarcôas* (apelido *Alarcão*), as *Catalôas* (apelido *Catalão*) (Boléo, 1953, p. 9, grifo do autor).

Em outra passagem, Boléo (1953) cita uma situação que reflete a facilidade em criar novos sobrenomes a partir do que o meio social demandava aos seus indivíduos:

Há casos em que, para se saber ao certo de quem se trata, mormente quando na mesma terra há mais de uma pessoa com idêntico apelido, é necessário ir buscar o apelido de solteira. Assim, uma mulher de nome *Ana Ferreira* (por ter casado com um ferreiro) chamava-se anteriormente *Ana Galega* (por ser filha de uma *Maria Galega*, assim chamada por ter nascido em Vale de Galegos, povoação do concelho da Lousã, distrito de Coimbra) (Boléo, 1953, p. 10, grifo do autor).

No exemplo de “Ana Ferreira”, vemos que houve apropriação da profissão do seu marido, um ferreiro, com a modificação de gênero. Antes, porém, já sua mãe, “Maria Galega”, teve seu sobrenome modificado nos mesmos moldes a partir da indicação de proveniência, sugerindo que essa era uma prática habitual da época.

Outras vezes é a profissão do pai que dá lugar ao apelido com que são tratados os filhos e as filhas. Em relação a estas, porém, torna-se feminino o nome da profissão. Assim, a filha dum madeireiro (homem que negoceia em madeiras) será conhecida por «*a Quitas Madeireira*». (*Quitas* é a abreviatura de *Mariquitas*, hipocorístico de *Maria*) (Boléo, 1953, p. 9, grifo do autor).

Ao analisar dados do *Livro de Linhagens do conde Dom Pedro*⁷, redigido em meados do século XIV, e do *Livro de Linhagens do Deão*⁸, datado de 1343, mas escrito entre 1337 e 1340, Menon (2013) localizou ocorrências como “Ervilhoa” (de “Ervilhom”), “Froia” (de “Froião”), “Velha” (de “Velho”), “Gata” (de “Gato”), “Ribeira” (de “Ribeiro”) e “Brava” (de “Bravo”). A autora demonstra, por meio de tais ocorrências, que é possível traçar uma regularidade envolvendo o fenômeno, de modo que

[...] determinados sobrenomes no masculino podiam ser flexionados no feminino, de forma regular: os nomes terminados em *-o*, como Peixoto, Coelho, Galego, Machado, Maldoado, Veloso, Alcoforado, se flexionavam no feminino com o morfema *-a*: *Peixota, Coelha, Galega, Machada, Maldoada, Velosa, Alcoforada*; os terminados em ditongo nasal (qualquer que fosse a grafia) formavam o feminino com o morfema *-oa*: *Girão/Giroa; Leitão/Leitoa*; ou com *-ã*: *Churrichão/Churrichã; Froião/Froiã* (Menon, 2013, p. 72, grifo da autora).

⁷ José Mattoso foi o seu editor crítico, considerado um dos livros de linhagens mais completos de Portugal na Idade Média.

⁸ Também conhecido como *Livro do Deão*, ou *Segundo Livro de Linhagens*, é uma das obras mais antigas acerca do nobiliário português da época.

Vimos situações em que patronímicos e alcunhas, referentes à profissão ou ao local de origem, por exemplo, foram modificados quanto ao gênero enquanto atuavam como sobrenomes de modo geral. Considerando o pouco rigor existente à época do serviço registral português pregresso, certamente não havia muitas dificuldades para tais criações.

Menon (2013) alega não ter achado justificativa para o fenômeno nem mesmo saberia afirmar se se devia a uma motivação social específica, mas levanta a seguinte suspeita: poderia ser uma espécie de indicador de descendência de casa nobre por meio de linhagem feminina, comparando ao que ocorre na onomástica italiana com sobrenomes terminados em -e (“Bolognese”, “Borghese”), enquanto aqueles terminados em -i indicam uma linhagem masculina (“Battisti”, “Olivetti”). Noutro cenário, também poderia envolver mulheres que se dedicavam à vida religiosa, portanto que não eram casadas, como os exemplos que recolheu acerca das freiras “Marguarida Pinheyra” e da madre “Brites Leitoa” (Menon, 2013).

Boléo (1953), tratando especificamente dos matronímicos⁹, aponta como prováveis causas para seu uso: a) possibilidade de seus portadores serem filhos ilegítimos ou de viúvas; b) emigração do marido; c) qualidades fortes de inteligência e de condução (também financeira) da vida doméstica, agrícola etc. por parte de mulheres. Todavia, uma dificuldade verificada é que, à época da confecção dos dois livros com que trabalhou, a maioria das mulheres não sabia ler nem escrever. Isso, somado ao fato de que seus nomes eram frequentemente omitidos em obras dessa natureza, vistas somente enquanto esposas ou filhas, fez com que pouca informação chegasse até os dias atuais, o que dificulta novas investigações. Menon (2013) também supõe que determinadas formas no feminino tenham sido abandonadas por volta do século XVII devido a alguma mudança social, ao que propõe uma possível avaliação pejorativa que não fica muito bem esclarecida. Sabemos, no entanto, que muitas delas sobrevivem até hoje tanto no quadro onomástico português quanto brasileiro¹⁰.

Ao analisar 12 censos realizados entre 1426 e 1444, pertencentes ao Arquivo Municipal da província espanhola de Sevilha, Toro (2004) começa seu estudo afirmando que, na Idade Média, a condição social de inferioridade das mulheres em relação aos homens se refletia na escassa documentação associada a elas. Dentre os exemplos que utiliza, o autor pondera que sobrenomes relacionados a características físicas ou comportamentais podem apresentar modificação no gênero por serem ainda sentidos como alcunhas – ao que cita os casos de “Isabel Cara”, frente a “Fernando Caro”. Ou seja, “[...] para os apelativos originais não teria terminado, todavia, o processo de denotativização pelo qual se converteriam em um nome próprio (Toro, 2004, p. 7, tradução própria¹¹).

⁹ Enquanto um sobrenome que deriva do nome da mãe.

¹⁰ Para exemplificar, uma consulta rápida à lista de aprovados na Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), em 2017, revelou a presença dos sobrenomes “Louzada” e “Pedrosa”, para citar dois dos sobrenomes investigados nesta ocasião. A lista encontra-se disponível no link: https://acervo.fuvest.br/fuvest/2017/PUBL1_17.PDF

¹¹ No original: “[...] para los originarios apelativos no habría culminado todavía el proceso de denotativización por el que se convertirían en un nombre propio”.

Segundo, Toro (2004) menciona um caso que considera raro acerca da transmissão de um sobrenome via matrimônio. No exemplo em questão, indica que a esposa de um dado “Juan Toribio” era conhecida como “la Toribia”. Seu espanto está no fato de que documentos oficiais, pelo próprio caráter formal, não costumavam retratar situações comunicativas de cunho popular. Observa também que, entre as mulheres, não era habitual o uso de um terceiro item onomástico – para além do prenome e do sobrenome –, sendo mais comum o uso da expressão “mulher de”, seguida do nome do marido. Com o passar do tempo, os sobrenomes poderiam ser feminilizados por meio da elipse dessa expressão, como consta no exemplo “Marina García muger de Pero Martínez gallego” > “Marina García gallega”. Para o autor, essa é mais uma evidência da subordinação a qual as mulheres estavam sujeitas no campo onomástico.

Acerca dos sobrenomes ligados a locais de proveniência geográfica, Toro (2004) explica que tais itens seriam elementos conotativos quando aplicados a homens, contudo, envolvendo mulheres indicariam matrimônio, já sendo herdados sob o *status* de nomes de família. Quanto aos sobrenomes relativos a profissões, o autor pondera mais uma vez o aspecto social, já que a depender da natureza do ofício poderia ou indicar profissão de fato desempenhada pela mulher – como é o caso das tecelãs, parteiras ou beatas – ou herdada a partir de seu marido – citando o exemplo de “Marina Fernández”, conhecida como “Marina la carniçera” por ser casada com “Fernando Martínez carniçero”. Toro (2004) acredita que, nesse caso, a diferenciação estaria no uso do artigo, que diz não ocorrer no caso das profissões consideradas femininas.

Por fim, Toro (2004) alude aos matronímicos perifrásticos, que ocorrem quando homens adicionam a preposição “de” a um sobrenome com a expressão do gênero feminino ou ao sobrenome de sua mãe ou esposa, e dá como exemplos: “Antón”, “Fernando” e “Martín Sánchez de la Gruesa”, provavelmente irmãos; e “Pero Martínez de María Serrana”, marido de “Isabel Fernández de María Serrana”. A razão, coadunada ao que Boléo (1953) propõe, seria o prestígio dessas mulheres em suas comunidades até, ao menos, o final do século XV. Dentre as explicações propostas por Toro (2004), essa parece ser a única que não indica uma situação de inferioridade feminina em seu meio social.

Posto isso, e tendo tais considerações bem estabelecidas, partiremos para a análise dos sobrenomes que apresentaram expressão morfológica de gênero nos dois *corpora* selecionados. Após a execução dos procedimentos metodológicos descritos em seção anterior, identificamos 13 sobrenomes e suas 26 ocorrências, que foram reunidos no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Sobrenomes com expressão de gênero e demais informações

Sobrenome	Corpus	Ano	Ortônimo	Idade
Calva	Hospedaria	1888	João Teixeira Calva	36
Cardosa	Hospedaria	1888	José Cardosa	25
Fidalga	AUC	1890	Maria Jorge Fidalga	33
Louzada ¹²	AUC	1889	Miguel Fernandes Louzada	20
	Hospedaria	1888	Daniel Louzada	23
	Hospedaria	1889	Miguel Fernandez Louzada	20
Maiata	Hospedaria	1887	Joaquim da Costa Maiata	46
Morgada	Hospedaria	1888	Maria Fernandes Morgada	30
Netta ¹³	AUC	1888	Maria dos Santos Netta	31
Nova	Hospedaria	1889	José Marques Nova	27
Pavoa	AUC	1888	Manuel Marques Pavoa	42
	AUC	1888	José Pavoa	21
	AUC	1890	Vicente Marques Pavoa	21
	AUC	1890	Onofre Pavoa	32
	AUC	1890	Antonio Pavoa	21
Pedrosa	AUC	1888	José Maria Pedrosa	27
	AUC	1889	Manuel Alves Pedrosa	37
	AUC	1889	Joaquim Ferreira Pedrosa	36
	AUC	1890	Manuel Pedrosa	21
	AUC	1890	Manuel Ferreira Pedrosa	22
	Hospedaria	1888	João Pedrosa	31
	Hospedaria	1888	José Maria Pedrosa	27
Roballa ¹⁴	AUC	1890	Thereza Roballa	17
Ruiva	Hospedaria	1887	Manoel da Costa Ruiva	22
Santa	AUC	1890	José Santa	50
	Hospedaria	1888	Patrício da Piedade Santa	44

Fonte: Elaboração própria (2023)

Na amostra supracitada, é possível observar a distribuição dos sobrenomes em meio aos dois *corpora* investigados, estando “Louzada”, “Pedrosa” e “Santa” presentes em ambos. Do ponto de vista quantitativo, “Pedrosa” e “Pavoa” figuram entre os itens mais frequentes, correspondendo, respectivamente, a sete e cinco ocorrências. Nesse sentido, os 13 sobrenomes arrolados aludem a 26 indivíduos, sendo quatro mulheres e 22 homens. Atentamos também para as coincidências relacionadas aos ortônimos “Miguel Fernandes/Fernandez Louzada” e “José Maria Pedrosa” que, por constarem nas duas bases de dados, parecem indicar que se trata da mesma pessoa (apontando, portanto, para os movimentos de saída de Portugal e de entrada no Brasil).

¹² A variante padrão encontrada nos dicionários de consulta foi “Lousada”.

¹³ A variante padrão encontrada nos dicionários de consulta foi “Neta”.

¹⁴ A variante padrão encontrada nos dicionários de consulta foi “Robala”.

Sob o viés genealógico, não podemos afirmar com certeza se houve relações de parentesco entre os indivíduos listados devido à ausência de informações a respeito, ainda que isso seja plausível – como nos casos de “Manuel Marques Pavoa” e “Vicente Marques Pavoa”, que poderiam ser da mesma família e terem imigrado em anos diferentes. Nessa seara, também não tivemos acesso a informações acerca dos ortônimos dos pais ou dos cônjuges devido à própria natureza das fontes documentais.

Destarte, coligimos no Quadro 2 os sobrenomes analisados partindo das informações etimológicas disponíveis em Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003). Quando necessário, também recorremos aos dicionários de Cunha (2010), Houaiss e Vilar (2004) e Nascentes (1966), sobre o léxico comum.

Quadro 2 – Sobrenomes com expressão de gênero segundo informações etimológicas

Sobrenomes	Informações etimológicas
Calva	“[apel.] Ant. alc. Do s.f. <i>calva</i> ” (Machado, 2003, p. 320, grifo do autor) “ <i>calvo adj.</i> ‘que não tem cabelo na cabeça ou em parte dela’ XIII. Do lat. <i>calvus</i> <i>calva sf.</i> ‘parte da cabeça de onde caiu o cabelo’ XIII. Do lat. <i>calva</i> ‘crâneo’ ‘caveira’ [...]’ (Cunha, 2010, p. 116, grifo do autor)
Cardosa	“[apel.] Ant. alc. De <i>Cardosa</i> [top.]” (Machado, 2003, p. 351, grifo do autor) “[top.] Fem. do adj. <i>cardoso</i> ” (Machado, 2003, p. 350-351, grifo do autor)
Fidalga	“[apel.] Ant. alc. Do s.f. <i>fidalga</i> ” (Machado, 2003, p. 639, grifo do autor) “Fem. de <i>fidalgo</i> , q.v.” (Nascentes, 1966, p. 325, grifo do autor) “esposa de fidalgo; mulher da nobreza; ETIM <i>fidalgo</i> com vogal temática -a tomada como desin. de fem.” (Houaiss; Vilar, 2004, p. 1337, grifo dos autores)
Louzada	“[apel.] Ant. alc. De <i>Lousada</i> [top.]” (Machado, 2003, p. 898, grifo do autor) “[top.] Fem. do adj. <i>Lousado</i> (q.v.), a concordar com <i>terra</i> , <i>vila</i> etc.” (Machado, 2003, p. 898, grifo do autor)
Maiata	“[top.] na ilha da Madeira (povoação e ribeira). Fem. de <i>maiato</i> (q.v.), talvez em alusão a mulher do local oriunda da <i>Maia</i> ” (Machado, 2003, p. 924, grifo do autor)
Morgada	“[top.] Frequente no Centro e no Sul, excepto Algarve. Fem. do s. m. <i>Morgado</i> ” (Machado, 2003, p. 1023, grifo do autor)
Netta	“[apel.] Ant. alc. É o fem. de <i>Neto</i> ” (Machado, 2003, p. 1069, grifo do autor)
Nova	“[apel.] [...] por vezes precedido de <i>da</i> , mas nem sempre será o fem. do adj. <i>novo</i> : em alguns casos está por <i>Nóvoa</i> (q.v.), pelo que tem origem galega [...]” (Machado, 2003, p. 1079, grifo do autor)

Sobrenomes	Informações etimológicas
Pavoas ¹⁵	Pavoas: “[top.] Pl. de <i>pavoa</i> , fem. de <i>pavão</i> ” (Machado, 2003, p. 1144, grifo do autor)
Pedrosa	“[apel.] Ant. alc. De <i>Pedrosa</i> [top.]” (Machado, 2003, p. 1149, grifo do autor) “[top.] Fem. do adj. <i>pedroso</i> ” (Machado, 2003, p. 1149, grifo do autor) “sobr. port. top.: ‘lugar onde há muita pedra’” (Guérios, 1981, p. 199) “Sobrenome de origem geográfica. Do lat. <i>petrosa</i> , abundante de pedras” (Nascentes, 1952, p. 237, grifo do autor)
Roballa ¹⁶	“[apel.] Ant. alc. Fem. de <i>Robalo</i> , aplicado a mulheres” (Machado, 2003, p. 1266, grifo do autor)
Ruiva	“[top.] [...] Em <i>Chão da Ruiva</i> , Ansião, e <i>Monte da Ruiva</i> , Portalegre, é alc. tornada top. Fem. do adj. <i>ruivo</i> ” (Machado, 2003, p. 1284, grifo do autor)
Santa	“[apel.] Ant. alc. Do s.f. <i>santa</i> ” (Machado, 2003, p. 1308, grifo do autor) “Fem. de <i>santo</i> , q.v.” (Nascentes, 1966, p. 673, grifo do autor) “ETIM fem. substv. de <i>santo</i> ” (Houaiss; Vilar, 2004, p. 2511, grifo dos autores)

Fonte: Elaboração própria (2023)

Dentre os 13 sobrenomes arrolados no Quadro 2, verificamos que – à exceção de “Calva”, “Fidalga” e “Santa” – todos indicaram a informação “feminino de”, seguida do seu correspondente no gênero masculino. Quanto a “Calva”, “Fidalga” e “Santa”, portanto, acrescentamos uma busca nos dicionários de Cunha (2010), Houaiss e Vilar (2004) e Nascentes (1966) para obter informações mais completas a respeito da expressão do gênero.

Em termos de amostragem, os achados que indicam 26 indivíduos e 13 sobrenomes podem ser considerados numericamente insignificantes no universo dos 17.916 ortônimos analisados. Tal resultado, entretanto, parece informar um aspecto interessante quanto ao quase apagamento desse fenômeno na pesquisa. Relembremos que nossos *corpora* se situam no século XIX, ao passo que a flexão dos sobrenomes em gênero perde sua produtividade após o século XVII (Menon, 2013). Ademais, foi só no século XIX, também, que a herança do sobrenome via matrimônio passou a ocorrer com certa consistência em Portugal (Boléo, 1953).

Conjecturamos, assim, que se a transmissão de sobrenomes já estivesse consolidada à época da produtividade do fenômeno em questão, mais itens poderiam ter sido

¹⁵ Não foi encontrada a forma “Pavoas” em nenhum dos dicionários consultados, apenas “Pavoas”, no plural, em Machado (2003).

¹⁶ Como informação adicional, encontramos: “[apel.] Assim, em 20-VIII-1551 obteve carta para curar «males de boubas e corrimentos e chagas» certa Antónia *Robala* [...], certamente filha ou mulher de homem com apel., ou alc., *Robalo* [apel.]” (Machado, 2003, p. 1266, grifo do autor).

disseminados em meio ao quadro onomástico português. Entretanto, por aludirem a situações específicas, além do maior rigor posteriormente atribuído ao registro oficial dos indivíduos, certamente as ocorrências flexionadas em gênero que se apresentaram nos materiais estudados já eram apenas resquícios de outro tempo, quando por motivos diversos era possível modificar sobrenomes sem maiores impedimentos legais.

Considerações finais

Após as elucubações empreendidas neste texto, buscamos reunir explicações disponíveis na literatura acerca dos motivos que se associam ao surgimento de sobrenomes com a expressão do gênero feminino em língua portuguesa. Das hipóteses aventadas por Vasconcellos (1928), Boléo (1953), Menon (2013) e Toro (2004), ressaltamos que a expressão de gênero pode corresponder a: a) uma simples modificação de gênero para apontar que se tratava de um indivíduo do sexo feminino; b) possível indicação de descendência de uma casa nobre por meio de linhagem feminina; c) um contexto de mulheres que se dedicavam à vida religiosa e que, por isso, não alteravam seus ortônimos de batismo nem os repassavam a uma futura geração; d) possível indicação de que seus portadores eram filhos ilegítimos ou de viúvas; e) casos de emigração do marido; f) mulheres com qualidades tão notáveis à sociedade – considerando o pensamento da época –, como inteligência e boa condução da vida doméstica, financeira, agrícola etc., que mereciam destaque; g) no caso de sobrenomes herdados a partir de alcunhas, poderia ainda não ter havido uma mudança de *status*, que envolve a oficialidade do sobrenome em detrimento da liberdade criativa que diz respeito às alcunhas; h) a chance de que tenha havido uma simplificação da expressão perifrástica “mulher de”.

A pouca representatividade numérica dos exemplos de sobrenomes flexionados no feminino está por certo fortemente correlacionada com o fato de o fenômeno ter perdido a sua produtividade após o século XVII, e os dados explorados se situarem no século XIX.

Enquanto objetos de interesse da Antropónímia, “[...] os antropônimos são capazes de revelar toda uma concepção de mundo, uma vez que carregam informações acerca de valores, de crenças e de atitudes frente ao processo de nomeação que deixam patente a sua importância para a compreensão da cultura e da história de uma dada sociedade” (Soledade, 2020, p. 474-475). Tal fato, confirmado no exame da expressão do gênero feminino em sobrenomes portugueses, coaduna-se com a abordagem em Linguística Cognitiva, que considera que fatores lingüísticos e extralingüísticos não devem caminhar de modo desagregado.

Outrossim, frisamos a acurácia empregada não só ao tratamento dos dados, mas também à escolha dos *corpora* e à importância dos materiais analisados, provenientes da maior hospedaria de imigrantes do Brasil e do riquíssimo acervo do AUC. Diante da complexidade do tema, da disposição dos dados e dos poucos estudos associados, instigamos a sua continuidade, inclusive a partir de outros aspectos, como a questão

do número e do grau. Em meio ao campo dos estudos antroponímicos – e onomásticos, de modo geral – é sabido que, apesar dos constantes avanços, ainda há muito que ser pesquisado e revelado, contribuindo para uma maior compreensão da história e do comportamento dos povos (no caso em questão, brasileiro e português) que integram as tramas dessa imensa colcha de retalhos que nos aproxima enquanto falantes de língua portuguesa.

RODRIGUES, Letícia Santos; RIO-TORTO, Graça. Gender expression and construction of female surnames in the portuguese language at the end of the 19th century. **Alfa**, São Paulo, v. 69, 2025.

■ *ABSTRACT: The present work aimed, based on a historical rescue, to investigate the occurrence of gender expression in surnames found in Brazilian and Portuguese documents from the late 19th century, alluding to Portuguese immigration in Brazil. The research was inscribed in the terms of Onomastics, a linguistic science that is dedicated to the study of proper names, more specifically Anthroponomy, a branch that deals with the names of people. Based on the theoretical principles of Cognitive Linguistics (Lakoff, 1987; Silva, 2008), the analysis focused on dated corpora, namely: a) enrollment records filled out by immigrants between 1887 and 1889. These immigrants stayed to the “Hospedaria de Imigrantes do Brás”, considered the largest Brazilian hostel; and b) passports of the Portuguese who migrated to Brazil between 1888 and 1890. This documentation belongs to the Archive of the University of Coimbra, referring to the Civil Government Fund. By investigating these corpora, it was possible to underline the existence of surnames marked by the expression of the female gender, which justified the interest in discovering the probable motivations associated with this phenomenon. The result, based on data analysis, indicated that the sampling in numerical terms was negligible, which can be explained by several reasons suggested in the specific literature of the area. This study also results in the contribution it provides to the theme - still little explored – by proposing a well-founded collection of explanatory hypotheses put forward in previous works.*

■ **KEYWORDS:** Onomastics; Anthroponomy; Morphology; Grammatical gender.

REFERÊNCIAS

- BOLÉO, M. de P. Os matronímicos nos apelidos populares portugueses. **Revista de Portugal**, Lisboa, n. 113, p. 3-11, 1953.
- CAMARA JR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1997.
- CARVALHINHOS, P. de J. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

GONÇALVES, I. Do uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa. **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**: in memoriam, Porto, v. 1, p. 347-363, 1999. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3190.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1981.

HOUAISS, A.; VILAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAKOFF, G. **Women, Fire, and Dangerous Things**: What Categories Reveal about the Mind, Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MACHADO, J. P. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Horizonte: Confluência, 2003. v. 2.

MENON, O. P. da S. Sobre nomes no feminino e patronímicos em -ez(es): perdas morfológicas em português. **Diadorim**: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Rio de Janeiro, v. 1, n. especial, 2013.

MONTEIRO, N. G. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, p. 45-58, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1599>. Acesso em: 29 ago. 2023.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

NUNES, N. N.; KREMER, D. **Antropónímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)**. Tübingen: Niemeyer, 1999.

RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A. S.; PEREIRA, I.; PEREIRA, R.; RIBEIRO, S. **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

RODRIGUES, L. S. **Neologismos antropónimos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, M. L. F. de O. S. A onomástica, o indivíduo e o grupo. **Arquipélago História**, v. 7, p. 229-242, 2003. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/3891/Maria_Santos_p229-242.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, A. S. da. Os estudos de Linguística Cognitiva do português. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga, v. 12, p.189-221, 2008.

SOLEDADE, J. Recuperando a história do léxico antropônimo brasileiro. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 465-483, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/35110>. Acesso em: 2 ago. 2023.

TORO, J. J. R. Sobre antropônimia femenina bajomedieval. **Rivista italiana di onomastica**, Roma, v. 10, n. 1, p. 73-84, 2004.

VASCONCELLOS, J. L. de. **Antropônímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

Recebido em 15 de outubro de 2024

Aprovado em 11 de novembro de 2024